
LINGUAGEM, CULTURA E IDEOLOGIA EM *O ESPELHO DE NARCISO*

Antonio Houaiss

1. Em atendimento dos artigos 70 e 71 do Regimento do Universidade Federal da Bahia, aqui dou meu parecer sobre *O espelho de Narciso (a linguagem como ideologia cultural no idealismo e no marxismo)*, dissertação de mestrado de Cid Seixas Fraga Filho (Salvador – BA, abril de 1979).

1. 1 A dissertação me merece a menção de Distinção e mais não faço, porque o Regimento referido não me faculta fazê-lo.

1.2 Com isso, quero desde o início deixar patente minha admiração por várias altas qualidades manifestas na dissertação, dentre as quais realço a sequência nas ideias, a madureza do pensamento, o espectro rico da informação e

erudição, o inteligente aproveitamento das fontes a bibliografia, e a elegância da exposição.

1.3 É, entretanto, de extrema conveniência que, em cuidando o Autor de publicar em letra de forma a dissertação, proceda a uma cuidadosa revisão, pois há uns quantos deslizes materiais menores, de vária natureza, que poderão ser corrigidos, mas que, não o sendo, enfearão o texto.

2. Ao crer firmemente que a distinção conferida é merecida e remerecida, quero também deixar claro que isso não significa minha identidade de vistas, sob todos os aspectos, com as da dissertação. Nutro a esperança de que Cid Seixas não abandone a direção de estudos que tomou e a prossiga, aprofundando pontos que parecem merecer indagação mais acurada de sua parte. Afloro, a seguir, alguns com o só fim de espicaçá-lo, mas sem intuitos polêmicos ou, muito menos, professorais ou magistrals: será, antes, um diálogo entre pares de angústias e buscas (malgrado – ah! a diferença de nossas idades).

3. Cinco conceitos foram – pelo menos – basilares para a dissertação: o de linguagem (e língua e linguística), o de ideologia (e cognição),

o de cultura, o de idealismo e o de marxismo. Buscou o Autor cercar cada um por todas as quinas e esquinas e facetas possíveis, cuidando zelosamente por que seu tratamento fosse dialético e não fosse lasso.

3. É óbvio que nesta altura haja questões nesse terreno sobre as quais lavrem dúvidas e diferenças, algumas até provindas de posições metodológicas diferentes. Que o Autor veja que sentido fazem as obtemperações seguintes.

4. A análise do conceito de ideologia parece na dissertação ser usada com certa anistoricidade. É o que pode ocorrer se se admite que a “condição” do homem cognoscente (e dos homens cognoscentes e da humanidade cognoscente) seja ideológica. Nesse caso, dever-se-ia, acaso, distinguir duas ordens de ideologias: a “intrínseca” à citada condição humana e a outra – mais relevante na História *stricto sensu* –, a que deriva da estrutura das classes sociais (e das segmentações culturais). Há três momentos da historicidade que presumem condições basicamente diferentes: o momento em que não há classes sociais, o momento em que as há (e contraditórias, e antagonísticas)

e o momento em que não as haverá. A “ideologia” ou as “ideologias” que pervadem esses três momentos são da mesma qualidade que as específicas do segundo momento?

4.1 De fato, quer invocando o “conhecimento ingênuo”, o, “conhecimento científico”, o “conhecimento do bom-senso”, o “conhecimento do senso comum”, quer o “conhecimento pré-científico”, em face do “conhecimento científico” – invocando tudo isso pode-se, precedentemente, ressaltar a insuficiência histórica intrínseca do conhecimento, *post factum*. Essa impotência objetiva do conhecimento absoluto será ideologia? Metodologicamente, cobrir a eterna caminhada do fazer-conhecer com o “conhecimento relativo” na História via da verdade possível a certo nível de desenvolvimento cognitivo e com o mesmo nome para o conhecimento conflitivo provindo dos interesses e posições de classe social, isso é eventualmente equiparar com consequências arriscadas antes que deveriam ser estremados. Não quero negar que, em certa altura da evolução do conhecimento e em certa altura da evolução das ideologias, aquele (o conhecimento) se pigmente mais ou menos de ideologia, a pon-

to de ser só ideologia em certas situações. Confundí-los, porém, pode significar que se fecha a porta de saída da História, enclausurando eternamente os homens ou nos conflitos das classes sociais ou na sua impotência de um absoluto metafísico.

5. O Autor não vacila em colocar o conceito de “cultura” e a “cultura” mesma. como superestrutural, ainda que com força, da tradição que provém de textos fundadores do marxismo, embora textos incidentes. Pergunto-me se não se está tendo, uma visão parcial de cultura e sua problemática. A antropologia (com tinturas, maiores ou menores, “ideológicas”) dos povos ditos primitivos tende a dar a “cultura” uma abrangência holística, totalizante, tomando o conceito como equivalente à totalidade das práticas, praxes e pragmáticas humanas geradoras (real ou imaginariamente) de produtos materiais e espirituais com que a comunidade, sociedade ou “nação” considerada busca reproduzir-se e mesmo aumentar-se.

5.1 Nesse caso, herda-se uma palavra prestigiosa e necessária para o conceito holístico, excluindo-lhe a semia ambígua ou elástica com que é tratada. Afinal, no geral difuso, ou cultu-

ra é tudo aquilo, da superestrutura, que não seja religião, direito, ciências, artes, artesanias, crenças, opiniões, conhecimentos populares etc. – restando não se sabe bem o que, mas restando “cultura” como um significante sem significado, ou “cultura” é tudo, menos a base.

5.2 Tomada holisticamente, cultura, é desde Aristóteles, tudo que não é natura em estado de natura. Seus estados dinâmicos ou estacionários supõem, postulam uma base ou infraestrutura e uma superestrutura, diferenciando-se esta por “de pender” (dialeticamente) daquela e evolver com ela, cuja condição de existência é *sine qua* nem há cultura, nem há sociedade, nem há homem: há, por isso, culturas sem músicos, ou sem dança (mas com música-dança, por exemplo), sem artes figurativas etc.; não as há, porém, sem trabalho (base) e sem... língua – e esta última hipótese, não parece vigor do *Homo sapiens sapiens* para cá, nem de *Homo sapiens* para cá, mas daquilo que possa ser dito Homo – algo como dois milhões de anos para cá.

5.3 Talvez certos pontos de maior afunilamento da dissertação tivessem sido mais bem resolvidos com a presença mais conspí-

cua de “trabalho”, que aparece, explicitamente, nas páginas 144, 185 (e notas 20 e 21) e em função de Cassirer. Se se alegar que o conceito de “práxis” compensa a ausência de “trabalho”, seria possível aceitá-lo, mas acompanhado de uma forte fundamentação.

6. Ao proceder – com apoio na conceituação de “idealismo” e “marxismo” (que deve cobrir o “materialismo dialético” e o “materialismo histórico”, o que enseja a não discussão desse tópico, por não pertinente especificamente à dissertação) – ao proceder à crítica do(s) estruturalismo(s) linguístico(s) idealista(s), acredito que Cid Seixas tenha atingido certo o seu alvo. Recuperando, assim, o “conteúdo” e, mais, os usos sociais no espaço e no tempo de uma língua e das línguas, recupera também os fundamentos ontológicos graças aos quais pode, por fim, restabelecer o nexo entre língua e cultura, pois que na língua há uma segmentação ou descrição do amorfo “real” (e quiçá semântico em “estado puro”) segundo a atividade cultural, isto é, segundo a cultura dada. Ora, como as relações sociais (condicionadas pelas relações de produção) se exprimem por recursos simbólicos e semióticos, o mais

importante dos quais é a língua, segue-se que há um enlace (necessário) entre língua e cultura, e entre estas duas a aquela “ideologia” transumana (potência cognitiva limitada, cognição histórico-culturalmente limitada).

6.1 É quando o aprofundamento da problemática, fascinante, deve ser feito. Em síntese, não temos como fugir ao “primeiro” momento da história humana (ver 4): nele há trabalho (base), nele há linguagem, nele há cultura (em qualquer sentido); mas nele há ideologia?

6.2 No “segundo” momento, as diferentes classes fazem dos “seus” usos da língua a vão além: a classe dominante busca fazer dos “seus” usos da língua os usos de todas as classes; estas, entretanto, não o conseguem na plenitude da vontade dominante, porque as condições de sua existência social e cultural não lhes permitem exprimir-se além das condições dessa sua existência social, por mais que suas consciências estejam dominadas ou alienadas. Que uma sociedade ou cultura do “primeiro” momento tenha *uma* língua (e várias linguagens) não diferenciada senão nas suas realizações contingentes em variantes indiferenciais a *uma* só

cultura de todos os seus integrantes e *uma* (em instância probatória ou por conceituar) ideologia, eis aí uma tese. Que uma sociedade ou cultura do “segundo” momento tenha uma ou mais línguas e esta(s) se multiplique(m) em estratos e segmentos correspondentes às diferentes ideologias classais (com uma dominância) que “dividem” o “bolo” da cultura “nacional” ou “imperial”, eis aí outra tese. E, parece-me, são teses de difícil equiparação e mais difícil equação, a menos que se reconceituem os elementos basilares das duas teses. O que me parece não apenas sedutor, mas extremamente útil.

7. Em boa consciência, deveria eu ficar aqui, pois são as obtemperações que supunha dever propor a Cid Seixas. Há, porém, uma passagem relacionada com Stálin e a questão do estatuto da língua dentro das formações sociais dos diferentes modos de produção que me pede um reparo.

7.1 Vivi, ao tempo, a questão. E vejo-a resumida pelo Autor (*apud* Carlos Vogt, ao que parece) de uma forma que pode ser a versão mais conveniente da atualidade, mas não recobre a problemática de então. Então, partindo

do pressuposto de que a língua de uma formação social, corriamos, de uma formação social sob uma forma cultural dada era uma superestrutura, seguia-se – com Marr (referido pelo Autor) – que, mudando a formação social, deveria mudar a língua. E toda uma teoria desenvolvera o linguista russo da equiparação ou adequação de línguas às diferentes formações sociais. Entrada no socialismo (pelo menos politicamente), a língua russa continuava em estado estacionário (isto é, sendo usada por todos e para todos os fins de forma que nenhuma diferença essencial relevante se consignava entre os intersiquismos dos usos imperiais e dos usos soviéticos). O Autor aceita a interpretação das motivações políticas: Stálin, ao colocar a língua fora da base e da superestrutura, *ipso facto* advogava a possibilidade de sua manutenção essencial (o que não poderia advogar para o direito, para a literatura, para a música, para a dança, para...). Fazia – como Celso Cunha – uma política do idioma...

7.2 Ora, aí está um problema “político” (do idioma, da língua, das línguas e dos homens, em suma) que a sociolinguística não pôde, não pode e não poderá evitar ou subestimar, pois,

com ser político, não é menos humano e menos linguístico.

7.3 Trata-se de uma problemática histórica (e linguística e política e cultural) típica do “segundo” momento e presumivelmente – do “terceiro” momento.

7.4 Se a natureza essencial das diferenciações linguísticas continua a constituir um enigma científico malgrado todos os progressos científicos que no respeito têm sido feitos, as unificações linguísticas “imperiais” e “nacionais” de dois milênios (e mais) a esta parte, têm sido quase evidentes: etnocídios e lingucídios ou glotocídios, raramente conquistas persuasivas.

7.5 O problema das *koinés* ágrafas do passado (e do presente) e o problema das línguas comuns e/ou de cultura escritas (e faladas) do presente são apaixonantes problemas de linguagem, de línguas, de ideologias e de culturas, no idealismo e no marxismo. Cid Seixas não deve descartá-los ditatorialmente...

8. Pergunto-me, por fim, se não há uma supervalorização da pessoa (e do indivíduo) do artista, nas considerações finais de Cid Seixas. Suspeito que há uma retrojeção – o que carac-

teriza o auge hoje desde “segundo” momento é extrapolado para a “condição” humana... É apenas uma suspeita, mas vale a pena levá-la em conta.

9. Renovo minhas felicitações a Cid Seixas. E a Rosa Virgínia Mattos e Silva vão meus parabéns sinceros pela orientação, que honra a pós-graduação da Universidade Federal da Bahia.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1980

Antonio Houaiss

